



Ex-dirigente da Petrobras nos EUA depõe hoje na CPI mista

Agência Petrobras



O executivo José Orlando de Azevedo, que conduziu a disputa judicial entre a Petrobras e empresa belga Astra Oil, foi demitido após denúncias de corrupção

A CPI mista vai ouvir hoje esclarecimentos do ex-presidente da subsidiária Petrobras America Inc. José Orlando de Azevedo sobre o prejuízo sofrido pela estatal brasileira na aquisição da refinaria

de Pasadena, nos EUA. Devido à transação, o Brasil pagou US\$ 1,2 bilhão pela empresa após o litígio com a Astra, concluído em 2012. Em 2005, a empresa belga comprou a refinaria por apenas US\$ 42,5 milhões. **3**

Azevedo (E) conduziu a disputa sobre Pasadena nos Estados Unidos, na época em que Sergio Gabrielli presidia a estatal

ILB chega a 100 mil matriculados em cursos a distância **2**

Regulamentação da profissão de fotógrafo tramita no Senado **3**

Pontos de Cultura viram lei para facilitar repasse de recursos **3**

Antônio Cruz/ABR



Proposta dá prazo de dois anos para os municípios fixarem o valor das multas

Projeto prevê multa a pessoa que jogar lixo nas ruas

Encontra-se pronto para análise da Comissão de Constituição e Justiça projeto que obriga os municípios e o

Distrito Federal a multarem pessoas que sujarem as ruas. Votação final será na Comissão de Meio Ambiente. **4**

Aeroportos regionais entram na pauta

Congresso vai decidir sobre medida provisória que criou o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. O

aumento no número de passageiros deve impulsionar o setor, que tem hoje 270 aeroportos regionais. **2**



Aeroportos regionais terão política nacional para incentivar o crescimento do turismo e aumentar frequência de rotas

Carlos Alberto Secom/NG

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei





Pista do Aeroporto de Humaitá, Amazonas: programa pretende ampliar atendimento de passageiros no interior do país

Congresso vai votar plano para aeroportos regionais

Desenvolvimento da aviação regional é uma reivindicação frequente dos senadores e foi tema de audiências públicas em duas comissões no Senado. Brasil tem 270 aeroportos regionais funcionando

O CONGRESSO VAI deliberar sobre a Medida Provisória 652/2014, editada em 25 de julho pelo governo federal para criar o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. O programa tem como objetivo atender a crescente demanda por transporte aéreo no país e integrar comunidades isoladas à rede nacional de aviação civil, além de facilitar o acesso a regiões com potencial turístico.

De acordo com estimativa da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o total de embarques e desembarques nos aeroportos brasileiros deverá

chegar a 380 milhões em 2020.

O desenvolvimento da aviação regional é uma reivindicação frequente dos senadores e foi tema de audiências públicas em duas comissões do Senado, em junho. Na Comissão de Infraestrutura (CI), Ana Amélia (PP-RS) destacou a importância de reforçar a aviação no interior. Ela lembrou que o Brasil conta com 270 aeroportos regionais e que é preciso também estimular a formação de pilotos e desburocratizar o setor.

— Muitos municípios precisam desenvolver a aviação regional. No início da década

passada, 33 milhões de pessoas viajavam de avião no Brasil ao ano. Atualmente, esse número mais do que triplicou: são 111 milhões de passageiros — afirmou a senadora.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) também debateu a situação dos aeroportos regionais em audiência pública.

Segundo a Secretaria de Aviação Civil, os aeroportos concedidos à iniciativa privada em 2012 dobraram a área total destinada aos terminais de passageiros. A expectativa é de que o aumento chegue a 139% até o fim do ano.

ILB atinge 100 mil alunos na educação a distância

Em apenas seis meses, os novos cursos de educação a distância (EAD) oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) já alcançaram a marca de 100 mil matrículas. O número mais que dobrou diante das inscrições dos últimos dois anos, que somavam 50 mil.

No total, são 21 cursos sem tutoria, abertos à população, e 11 com tutoria, exclusivos para servidores do Poder Legislativo, incluindo Câmara dos Deputados, tribunais de Contas, assembleias legislativas, câmaras municipais e escolas do Legislativo. A oferta engloba diferentes áreas de

interesse do Legislativo, como administração legislativa, orçamento público, processo legislativo, ouvidoria, licitações e contratos e informática, entre outras.

O curso de Introdução ao Direito Constitucional é o que tem mais alunos: foram 13.801 matriculados de fevereiro até agora. O segundo mais procurado é Ética na Administração Pública, com 11.247 alunos. Ambos foram desenvolvidos por servidores do Senado e têm duração de até 60 dias.

Os cursos são realizados por meio da plataforma de ensino conhecida como Plataforma

Saberes, que passou a ser usada no início deste ano em substituição à Plataforma Trilhas. Após estudar todos os módulos, o estudante se submete a uma avaliação eletrônica corrigida pelo sistema.

— Estamos diante de um recorde, e a meta agora é ir além, atingindo 1 milhão de alunos — prevê a coordenadora dos cursos sem tutoria, Ana Alba Mafra. Segundo ela, o uso de uma plataforma conhecida mundialmente e a campanha de divulgação dos cursos pela rede social Facebook foram fundamentais para multiplicar o número de matriculados.

Dívidas de estados e municípios devem ir a Plenário após eleições

O projeto que muda o indexador das dívidas dos estados e municípios deve ser votado em novembro. O presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestou a disposição de colocar em votação a proposta (PLC 99/2013) que trata do tema.

De acordo com Renan, o projeto poderá ser votado logo após as eleições.

— Assumo o compromisso de aprovar, logo após as eleições, a troca do indexador das dívidas estaduais. Nós não podemos mais retardar essa importante decisão. Os estados, como todos sabem, precisam recuperar sua capacidade de investimento — disse Renan.

O tema, em debate há bastante tempo, voltou a ser discutido no último mês de abril na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião da qual participaram os governadores Raimundo Colombo (SC), Tarso Genro (RS) e Teotônio Vilela Filho (AL).

O relator do projeto é o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que apresentou um substitutivo unificando quatro diferentes propostas sobre o tema.

O senador Paulo Paim (PT-RS) defende a votação do projeto. Segundo ele, hoje os estados brasileiros pagam



Renan diz que a decisão não pode mais ser adiada pelo Congresso

suas dívidas e essas continuam subindo. Paim afirma que a nova lei vai dar mais capacidade de investimento aos estados.

— A dívida do Rio Grande do Sul foi refinanciada em 1998; era de em torno de R\$ 9 bilhões. A dívida atual com a União, embora tenhamos pago R\$ 17 bilhões, é de R\$ 47 bilhões. Portanto, o Rio Grande do Sul, assim como outros estados federados, dependem dessa aprovação, sob pena trazer anos de atraso em desenvolvimento e estrutura — afirmou Paim.

Além de mudar o indexador das dívidas públicas, a nova Lei de Finanças Públicas vai regulamentar os planos plurianuais (PPAs) e as leis anuais do orçamento público (LOAs).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão ordinária não deliberativa, destinada a discursos dos senadores.

CPMI Petrobras

14h30 A CPI mista ouve ex-presidente da Petrobras America Inc.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvia Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição:

André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

CPI mista ouve hoje ex-executivo da Petrobras

José Orlando Melo de Azevedo, que comandava a Petrobras nos EUA, vai dar explicações aos parlamentares sobre o prejuízo sofrido pelo Brasil na compra de Pasadena

O EXECUTIVO JOSÉ Orlando Melo de Azevedo, ex-presidente da Petrobras America Inc., é a próxima testemunha a ser ouvida pela comissão parlamentar mista de inquérito (CPI mista) que investiga irregularidades nos negócios da estatal brasileira. O depoimento está marcado para hoje, às 14h30.

O prejuízo sofrido pela petrolífera nacional na compra da refinaria de Pasadena (EUA) será o assunto abordado na audiência. Azevedo foi o responsável pela condução da disputa judicial entre a Petrobras e a empresa belga Astra Oil, antiga proprietária da unidade industrial americana. Ele foi demitido do cargo pela atual presidente da estatal, Graça Foster, depois que denúncias de corrupção e desvio de dinheiro público vieram à tona.

O Brasil acabou pagando US\$ 1,2 bilhão pela refinaria de Pasadena após o litígio com a Astra, concluído em 2012. A disputa judicial ajudou a encarecer o negócio. Em 2005, a belga havia comprado a planta de Pasadena por US\$ 42,5 milhões, valor que foi



Após litígio, refinaria de Pasadena, vendida por US\$ 42,5 milhões em 2005, acabou custando à Petrobras US\$ 1,2 bilhão

contestado por Graça Foster em depoimento no Senado. Segundo ela, com a compra e os investimentos antes da venda à estatal brasileira, a empresa belga desembolsou o total de US\$ 360 milhões.

Omissão

Depois de ouvir José Orlando Melo de Azevedo, a

CPI mista vai receber dois ex-diretores da área internacional da companhia: Jorge Luiz Zelada, no dia 6 de agosto; e Nestor Cerveró, no dia 13.

Ambos já foram ouvidos pela CPI exclusiva do Senado. Durante o depoimento aos senadores, eles minimizaram a importância de duas cláusulas contratuais ausentes do docu-

mento que orientou a compra de Pasadena.

As cláusulas em questão são a Put Option e a Marlim. A primeira determinava que, em caso de desacordo entre os sócios, a outra parte seria obrigada a adquirir o restante das ações. A segunda garantia à Astra Oil, sócia da Petrobras, um lucro de 6,9% ao ano.



Azevedo foi demitido depois de denúncias de desvio de dinheiro

Em março, quando as primeiras suspeitas sobre o negócio foram divulgadas pela imprensa, a presidente Dilma Rousseff chegou a afirmar que a compra foi feita com base em parecer "técnica e juridicamente falho".

A CPI mista funciona paralelamente a uma CPI exclusiva do Senado. Ambas investigam irregularidades na compra de Pasadena; o lançamento ao mar de plataformas inacabadas; o pagamento de propinas a funcionários da estatal pela empresa holandesa SBM, visando à obtenção de contratos; e o superfaturamento em refinarias.

Projeto prevê regulamentação da profissão de fotógrafo

Fotógrafos terão a profissão regulamentada por projeto de lei que tramita no Senado. Aprovado na Câmara dos Deputados, o PLC 64/2014, do deputado Fernando Torres (PSD-BA), será examinado inicialmente pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda designação do relator.

De acordo com o texto, poderão exercer regularmente a profissão de fotógrafo os diplomados em fotografia no ensino superior ou técnico. Os não diplomados também poderão ter o registro, desde que,

na data de início de vigência da nova lei, tenham exercido a atividade por, no mínimo, dois anos. A comprovação desse tempo de serviço será feita por meio de declaração da respectiva entidade de classe, além de recibos de pagamentos de serviços prestados ou declaração da empresa empregadora, com firma reconhecida em cartório.

O autor do projeto destaca que, em quase todos os países, a profissão de fotógrafo é reconhecida e regulamentada, com cursos em nível técnico

e superior. No Brasil, porém, ele afirma que a profissão é marginalizada e discriminada pela ausência de uma legislação específica.

Na Câmara, o projeto foi aprovado em 8 de abril pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O texto aprovado excluiu da regulamentação o repórter fotográfico a serviço de empresa jornalística. Esse profissional tem a atividade regulamentada pelo Decreto-Lei 972/1969, que trata da profissão de jornalista.



Nova lei vai exigir dois anos de experiência para profissionais sem diploma

Lei do Ponto de Cultura aprovada no Senado é sancionada por Dilma

A transformação do Programa Cultura Viva em lei foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff no último dia 22. Como parte do programa, o go-

verno federal oferece apoio financeiro a grupos e entidades locais que realizem ações de valorização da diversidade cultural, promoção da cidadania e ca-

pacitação de trabalhadores da cultura, entre outras. O programa nasceu em 2004, com o nome de Ponto de Cultura, e desde então é regulamentado por meio de portarias do Ministério da Cultura.

A Lei 13.018/2014 cria a Política Nacional Cultura Viva, que conta como instrumentos os "pontos de cultura", entidades não governamentais sem fins lucrativos que desenvolvem ações culturais continuadas na comunidade, e os "pontões de cultura", espaços culturais ou redes regionais e temáticas que articulam os pontos de cultura. A nova legislação permite a parceria entre os pontos e pontões de cultura e escolas de ensino fundamental, médio e superior, além de entidades de pesquisas e extensão.

O texto sancionado corresponde ao substitutivo do Senado ao PLC 90/2013, da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). Uma das mudanças feitas pelos senadores é a limitação do apoio aos projetos a no máximo três anos (o mínimo é um ano) para garantir maior segurança e comprometimento das entidades que utilizarão dinheiro público para realização de atividades. A presidente vetou dispositivo que estabelecia que "os grupos e coletivos culturais sem constituição jurídica serão beneficiários de premiação de iniciativas culturais ou de instrumentos de apoio e fomento previstos em lei". De acordo com avaliação da Controladoria-Geral da União (CGU), essa autorização dificultaria transferências financeiras e a prestação de contas.



Política Nacional Cultura Viva pretende facilitar o repasse de recursos para pontos de cultura locais

Comissão vota multa para pessoas que sujarem as ruas

Municípios terão dois anos para regulamentar a lei e estabelecer a forma correta de descarte, segundo projeto que está pronto para ser votado pela Comissão de Constituição e Justiça

ESTÁ PRONTO PARA ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei que obriga municípios e o Distrito Federal a aplicarem multas a quem descarta lixo nas vias públicas. A proposta, de autoria do senador Pedro Taques (PDT-MT), tem parecer favorável do relator, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 523/2013 acrescenta à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) a proibição de descarte irre-

regular de resíduos ou rejeitos em vias públicas. Além disso, a proposta exige que os municípios e o Distrito Federal regulamentem a forma correta do descarte e estabeleçam multas para quem descumprir a regra. O projeto dá o prazo de dois anos para que o DF e os municípios regulamentem a nova lei.

Para o autor, atualmente as pessoas têm dificuldade de saber como descartar e tratar adequadamente o lixo. O problema, na avaliação de Taques, será resolvido

apenas com investimento em educação, tecnologia e gestão eficiente. “O projeto do qual ora se cuida propõe uma singela, mas importante contribuição à proteção do meio ambiente urbano”, afirma, na justificativa do projeto.

Em seu relatório favorável, Randolfe analisou a constitucionalidade, a técnica legislativa e a juridicidade do projeto. O mérito da proposta deve ser analisado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), que votará o texto de forma terminativa.



Descarte nas ruas, como em Duque de Caxias (RJ), será punido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, segundo o projeto

Projeto torna lei exigência de aviso para cancelamento de seguro por atraso

A proibição do cancelamento automático de seguro por atraso no pagamento do prêmio pode ser estabelecida expressamente no Código Civil. A medida, prevista em projeto apresentado neste mês

pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O PLS 234/2014 insere parágrafo único no artigo 763 do Código Civil para estabelecer

que, no caso de atraso no pagamento do prêmio, “a suspensão do direito à indenização condiciona-se à prévia notificação do segurado, no último endereço por ele informado”. Esse aviso deve explicitar que prejuízos, em caso de sinistro enquanto perdurar o débito, não serão indenizados.

Ao justificar a proposta, Raupp ressalta que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já tem entendimento firmado de que a seguradora deve, antes de suspender ou cancelar a apólice, informar o segurado, possibilitando o pagamento das parcelas em débito. O projeto visa transformar essa jurisprudência em lei.



Raupp diz que o STJ já tem entendimento de que segurado deve ser informado

Cristovam destaca propostas da indústria para candidatos ao Planalto

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou ontem a iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de elaborar 42 propostas do setor industrial aos candidatos a presidente, mas apontou a falta de um espírito coletivo nacional no documento.

Os líderes industriais propuseram ações voltadas à educação, legislação trabalhista, infraestrutura, tributação, financiamento, segurança jurídica, burocracia e saneamento, entre outros temas. Para o senador, em pontos como o da educação, o empresariado brasileiro deveria ter tido uma visão maior de nação e uma visão menor de indústria. Cristovam ficou feliz ao ver a CNI abordar o tema educação, mas lamentou que o documento se refira apenas à educação voltada para o trabalho, não prevendo ações dos empresários brasileiros no setor, e questionou:

— Quanto o setor empresarial brasileiro está disposto a ceder na hora, por exemplo, das isenções



Senador aplaude iniciativa da CNI, mas cobra mais comprometimento

fiscais, na hora de subsídios, para que o Brasil faça a revolução educacional?

Cristovam ainda destacou que os líderes da indústria brasileira cobraram dos candidatos a redução da burocracia no processo de licenciamento ambiental, mas não propõem uma política industrial eficiente e sustentável.

— Termina ficando um documento corporativo. Cada um que cuide do seu. Quando cada um cuida do seu, ninguém cuida do conjunto. E esse talvez seja o maior problema brasileiro — lamentou.

Rolleberg cobra planejamento para melhorar qualidade da educação no DF

Números apresentados por Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) ontem mostram deficiências na educação pública do Distrito Federal. Para o senador, o quadro é consequência de falta de planejamento e de visão estratégica. Segundo ele, na capital do país 25% das crianças não frequentam a pré-escola. Além disso, mais de 300 mil estudantes do ensino fundamental estão fora da sala de aula, ocorrendo o mesmo com 200 mil jovens do ensino médio.

Rolleberg acredita que o sistema público de educação deve enfatizar a educação básica, que vai dos 4 aos 17 anos. Outro desafio, disse ele, é que todas as crianças frequentem a pré-escola, “uma vez que nessa fase o convívio escolar possibilita maior desenvolvimento cognitivo, o que é fundamental para que os estudantes tenham um desempenho adequado durante a vida acadêmica”.

O senador denunciou que, apesar de a propaganda do GDF ter anunciado a construção de 20 creches, elas ainda não têm con-



Rolleberg reclama dos números da educação no Distrito Federal

dições de funcionamento adequado.

— A consequência são 100 mil crianças de zero a 5 anos sem atendimento. Não basta fazer obras. A sociedade quer creches que efetivamente funcionem — cobrou.

Rolleberg propôs mudanças estruturais na educação pública no Distrito Federal e sugeriu o fortalecimento da gestão, com foco em resultados e qualificação dos profissionais.

— Se não mudarmos, corremos o risco de ver a fuga dos profissionais da educação. Os nossos jovens estão desistindo do magistério — alertou.